



Aqui não é como lá, nem acolá

[Luiz Eduardo Rocha Paiva](#)

Aturbulência política na América Latina, principalmente no Chile, Venezuela, Bolívia e Equador, dá motivo a justificadas preocupações. Não está claro o que pode estar por trás desses acontecimentos. Seria uma ação orquestrada por movimentos internacionalistas da esquerda socialista marxista, um deles o Foro de São Paulo? Tudo indica que sim.

O Brasil não é igual a nenhum desses países. Aqui, sempre houve um Poder Moderador com tremenda autoridade moral.

Não somos como lá, nem acolá. Entenderam, PT, PC-do B, PSol e outros? Então, tenham em mente que:

1. Embora não o seja de direito, o Exército Brasileiro ainda é, de fato, o "Poder Moderador".
2. Ele jamais permitirá que inimigos internos, tal qual grupos radicais e partidos revolucionários destruam a União, promovam uma guerra civil e implantem um regime socialista liberticida nos moldes bolivarianos.
3. Se os Poderes da União, por si próprios, criarem um cenário de anomia e insegurança jurídica, pela perda de autoridade moral e funcional, em virtude de decisões politicamente irresponsáveis, o Exército irá restabelecer a paz social e impedir uma guerra civil.

Nesse caso, seria legítimo atuar no limite da legalidade, ainda que fosse questionado por alguns segmentos da sociedade.

4. Considerem-se inseridas no alerta do item 3, além daqueles partidos, as lideranças corruptas nos três Poderes da União.

Omissão, inércia no EB? Isso seria trair o compromisso maior do soldado: “dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei, com o sacrifício da própria vida”.

Diante de situações que possam comprometer terrivelmente o futuro da nação, chefes militares se veem diante de um dilema e de um desafio moral. Disciplina ou lealdade? Em absoluto! Nesses casos, não há dilema, pois a maior demonstração de disciplina é a lealdade à Pátria, conforme o compromisso que o soldado com ela assumiu ao entrar para o seu serviço. O compromisso é com a Pátria e não com indivíduos, grupos ou partidos de qualquer natureza. Se lideranças poderosas usam a lei para se proteger em suas ações criminosas e lograr interesses extremamente danosos para a nação; e se a sociedade constata que o arcabouço jurídico não permite coibir esses abusos, será condição de vida ou morte, para o país, promover uma “intervenção cirúrgica” na própria lei, a fim de extirpar os “tumores que estejam contaminando a lei”. Só assim, a sua legitimidade será restaurada, isto é, neutralizando os que a desonravam.

O Brasil tem dois inimigos internos – o socialismo marxista gramscista e a liderança patrimonialista corrupta. Ambos são tumores em estado adiantado e poderão levar o país a vivenciar o caos político e social de nossos irmãos latinoamericanos. Ou o “organismo nacional” reage por si próprio ou o Exército terá que exercer, pacificamente, o Poder Moderador. Ou ainda, como última opção, embora mais grave e menos desejável, liderar aquela “equipe cirúrgica”, a fim de defender a paz social, impedir a guerra civil, garantir o prosseguimento da Lava Jato contra a corrupção, restabelecer a lei, a ordem e garantir o rumo do país a uma verdadeira democracia. Nossa democracia não existirá enquanto a lei proteger os seus inimigos, sejam os que querem destruí-la, sejam os que abusam do poder político para usurpar os recursos nacionais para si próprios.

O autor é General de Brigada (AMAN - 1973).